



Ata da Sessão Plenária Extraordinária nº 03 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em treze de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de setembro de dois mil e treze, na Sala
2 de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se
3 o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão
4 Extraordinária número três. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e
5 Urbanistas **GIOVANI BONETTI, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, JORGE RAINESKI, ADEMIR**
6 **BOGONI, DÉCIO GOMES GÓES, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, CEZAR FRANCISCO CIARINI e**
7 **ANDRÉ LUIZ SERAFIM**, o suplente de conselheiro **DANIEL RODRIGUES DA SILVA**, os
8 arquitetos **LEONARDO HENRIQUE DANTAS e SÉRGIO OLIVA**, os empregados do CAU/SC, o
9 Assessor Especial **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**,
10 os Advogados **GUSTAVO SOUZA SANTOS e CHARLES JACOB PERGORARO KERBER**, a
11 Secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO**, a Assistente de Comissões **ELIZIANE**
12 **GALLIANI** e a Assessora de Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se a ausência justificada
13 da Conselheira **SÔNIA SUZETE ROESE**. Após a verificação e constatação da existência de
14 quórum, Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA** agradeceu a
15 presença de todos, e lembrou os presentes de silenciar os celulares, desligar os microfones
16 quando não estiverem em uso e de se identificar antes de qualquer contribuição. Explicou que
17 a reunião tinha o objetivo de avançar nos trabalhos que vem sendo realizados quanto à
18 fiscalização, e que assim, conseqüentemente, o vice-presidente presidiria a reunião,
19 solicitando que o Conselheiro Giovani iniciasse com um relato sucinto sobre a fiscalização. Ele
20 explicou que existem cinco mil arquitetos em Santa Catarina, que a fiscalização é importante,
21 não só para fazer um bom trabalho para a sociedade, mas para dignificar a profissão.
22 Enfatizou que o mais importante é discutir como abordar o tema, qual a política de
23 fiscalização em um conselho com menos de três anos, lembrando que essa responsabilidade
24 irá se mesclar com o CREA/SC e que, a estruturação dessa fiscalização é o objetivo principal
25 da reunião, definindo regiões, definição essa exigida para a realização do concurso, com o fim
26 de oferecer a melhor prestação de serviço para a sociedade e para os arquitetos. O
27 Conselheiro Raineski corroborou com as ideias do Conselheiro Giovani, informou que ontem
28 no IAB/SC foi discutido sobre a fiscalização, pois nos congressos os profissionais têm tratado
29 do assunto. Disse que neste momento a fiscalização deve ser tratada como um tema à parte,
30 como uma ação de repressão ao não cumprimento da legislação, visando o combate ao
31 exercício ilegal da profissão, a fiscalização do profissional e suas áreas de atuação.
32 Congratulou o grupo de fiscais do CAU/SC que têm trabalhado intensamente, e relatou que as
33 ferramentas para fiscalização ainda são muito restritivas e bastante confusas, enfatizando
34 que não há conhecimento, uma estrutura que capacite e permita realizar com segurança o
35 trabalho de fiscalização. Sugeriu que o foco da reunião fosse onde começar a fiscalização e
36 como instrumentar para que isso possa acontecer. O Conselheiro Jobim sugeriu uma
37 metodologia de trabalho através de destaque, uma vez que o que está sendo citado está
38 relatado num documento enviado a todos os conselheiros. O Conselheiro Ciarini disse que o
39 objetivo final da reunião é sair com uma ideia de quais seriam as regionais. Lembrou que é
40 uma plenária de intercâmbio e contribuições. O Arquiteto Sergio Oliva lembrou que a
41 fiscalização é a razão principal para a existência do Conselho. A Gerente Técnica Barbara



42 apresentou o projeto elaborado para a fiscalização, explicou que atualmente é feito um
43 trabalho de gabinete e conforme a demanda está sendo realizada a fiscalização de campo.
44 Além disso, citou que a fiscalização passa por três etapas básicas: orientação, disciplina e a
45 fiscalização em si. Enfatizou a importância de um trabalho institucional, de orientação geral e
46 divulgação para profissionais, recém-formados e sociedade, paralelo à fiscalização. Outra
47 dificuldade citada foi a falta de um manual de fiscalização do CAU/SC, visto que o manual que
48 vem sendo trabalho é o do CAU/BR que apresenta diretrizes gerais. O Arquiteto Sergio Oliva
49 sugeriu a criação de uma comissão para a elaboração do manual de fiscalização do estado de
50 Santa Catarina. O Conselheiro Raineski falou que todas as demandas da fiscalização passam
51 pela CEEP. O Conselheiro Giovani enfatizou a necessidade de estabelecer procedimentos. A
52 Gerente disse que esses procedimentos estão sendo ajustados e que devem ser adequados e
53 normatizados pelo manual de fiscalização. O Conselheiro Bogoni questionou como foi
54 realizado o mapeamento das regiões, e se houve alguma relação com a fiscalização do
55 CREA/SC. A Gerente respondeu que as regiões vieram do IBGE e a escolha das cidades polo
56 foi feita através do SICCAU, que possui uma base de dados que permite o mapeamento das
57 regiões, de acordo com o número de arquitetos e RRTs, sem relação com o antigo Conselho. A
58 Conselheira Fátima perguntou em que momento é necessário colocar a placa de obra. A
59 Gerente explicou que ainda não há uma definição, uma vez que o CAU/SC ainda não possui
60 seu manual, estipulando prazos e procedimentos. Explicou que nem o RRT físico é exigido na
61 obra, uma vez que o sistema IGEO permite essa identificação. O Conselheiro Ciarini lembrou
62 que a fiscalização existe, está estruturada e atende as demandas atuais. Necessita apenas de
63 um rumo, uma aplicação de formato mais eficiente. O Conselheiro Leonardo enfatizou a
64 importância da placa de obra para a sociedade. O Conselheiro Jobim falou que o problema não
65 é o que está sendo feito, e sim o que não está sendo feito. Sugeriu inserção dos seguintes
66 destaques no documento sobre fiscalização: que as palestras nas escolas sejam feitas pelos
67 conselheiros e melhor visualização do campo das denúncias no site do CAU/SC. Lembrou que
68 no manual do CAU/BR há muitas contribuições do CAU/SC, podendo assim ser uma
69 referência e uma boa base para a construção do manual de Santa Catarina. Citou que no
70 relatório (item 6.6) a Gerência Técnica já reconhece que há a necessidade de elaborar o
71 manual para o estado. Relatou que em outro ponto consta a necessidade definição da
72 localização física dos fiscais regionais, sugerindo que exista inicialmente um fiscal para cada
73 mesorregião, e que os ajustes sejam realizados de acordo com o andamento dos trabalhos,
74 podendo já ser iniciada. Ressaltou para que as demais comissões façam suas contribuições
75 dentro de cada âmbito. Solicitou a inclusão no organograma do documento da CEEP e da CED.
76 O Conselheiro Daniel disse que o principal ter o manual como complementar e regulamentar
77 do documento apresentado, traçando o *modus operandi* da fiscalização, uma formatação
78 padrão de como abordar uma obra. Sugeriu um *check list*. Sugeriu também convênio com as
79 Prefeituras para alimentar a fiscalização e enfatizou a importância de uma parceria com o
80 CREA/SC. Solicitou atenção à fiscalização da arquitetura de interiores. Solicitou análise
81 financeira e estimativa de custos da fiscalização. Lembrou que após a Resolução 51, toda obra
82 terá que ter RRT. O Conselheiro Giovani disse que a fala do Jobim organizou bem uma base
83 para as tratativas. Lembrou que o CAU é um conselho jovem, que deve almejar muito mais
84 que a fiscalização, e para alcançar a dignificação profissional, os profissionais devem entender
85 a importância do Conselho, através da educação e comunicação. Salientou a importância de
86 cada conselheiro estabelecer critério de comunicar, educar e refletir junto à sociedade,
87 revendo o posicionamento da profissão. Enfatizou uma fiscalização atrelada à educação,
88 policiando e educando. Quanto às mesorregiões lembrou que o IGEO é um sistema bastante
89 inteligente, sem exigir um engordamento muito grande da equipe, sugerindo inicialmente



90 quatro fiscais divididas em três macrorregiões e coordenação e lembrando que em quatro
91 anos o número de fiscais pode ser ampliado através do mesmo concurso. A Conselheira
92 Fárída iniciou sua manifestação lembrando que a lei não educa, a lei deve ser cumprida e que
93 assim, fiscalização fiscaliza, não educa, e deve ser imposta, não concordando com o formato
94 inicial do documento apresentado. Disse que se deve educar, porém em outro momento.
95 Sugeriu acesso mais visível para denúncias no site e parceria com os municípios. Reforçou a
96 ideia do Conselheiro Leonardo, quanto à importância da placa de obra para a sociedade. O
97 Conselheiro Ciarini lembrou que a fiscalização é obrigação, lembrou a importância da
98 fiscalização compartilhada com o CREA e as prefeituras, sugerindo terceirização da
99 fiscalização com as entidades depois de formatadas as regionais. Paralelamente sugeriu um
100 trabalho maciço de instrução e divulgação da valorização profissional. O Presidente lembrou
101 que já existe uma tratativa com as prefeituras e outros órgãos através dos Termos de
102 Cooperação Técnica, que vem com uma base proposta pelo CAU/BR que pode ter ajustes de
103 acordo com o interesse de ambas as partes. Disse que entende quando falam que a
104 fiscalização deve ser a fiscalização de fato, mas lembrou de que existe uma concatenação
105 necessária para que isso aconteça de forma razoável, a sociedade deve conhecer o papel do
106 Conselho e a atribuição do profissional, e o próprio profissional deve ter conhecimento de
107 diversas informações ainda não muito esclarecidas, enfatizando assim a importância de se
108 fazer comunicação. Relatou que o CREA/SC identificou um custo excessivo altamente nocivo
109 para as economias daquele conselho, ao desencadear um processo fiscalizatório resultando
110 em multas, salientando a importância da prevenção, comunicação e orientação dos
111 profissionais e sociedade da importância do CAU. O Conselheiro André questionou qual o
112 critério da divisão das regiões. O Conselheiro Raineski questionou qual a cobertura
113 pretendida para a fiscalização. Sugeriu reunião com os CAUs PR e RS, para troca de
114 experiências. Com relação à fiscalização sobreposta com o CREA/SC, solicitou atenção de
115 todos, no art. 3º, § 4 e 5 da lei 12378. O Conselheiro Jobim julgou importante essa
116 aproximação com o CAU/PR e RS, sugerindo que a CEEP solicitasse a promoção dessa
117 reunião. A Conselheira Fárída solicitou inclusão da CED nessa aproximação. O Conselheiro
118 Décio lembrou que a divisão do mapa deve levar em conta a divisão das associações de
119 municípios, as SDRs e as bacias hidrográficas. Sugeriu criação de uma rede de apoio ao RRT,
120 que garantisse uma vantagem aos arquitetos, gerando estímulos, como uma pontuação de
121 acesso público, por exemplo. Enfatizou a importância de primeiro garantir a presença de um
122 arquiteto em todas as prefeituras, para depois trabalhar em cima do salário mínimo
123 profissional. O Presidente Ronaldo explicou que a questão do salário mínimo está bem
124 complicada e que a legislação não é clara a respeito. O Conselheiro Bogoni sugeriu que, a
125 partir de uma implantação imediata do plano de fiscalização, no final de novembro seja feito
126 um *feedback* de como está sendo encaminhado e seu retorno, uma compilação de dados do
127 número de arquitetos e de obras por polos. Solicitou análise e comparação das divisões
128 geográficas implantadas pelas associações de municípios e SDRs, e a busca de informações
129 junto às associações de classes regionais para otimizar as distancias e tornar mais econômica
130 e eficiente a fiscalização. O Arquiteto Sérgio Oliva sugeriu a formação de uma comissão para
131 operacionalização do manual que já existe, se posicionou contrário à criação de escritórios
132 regionais, explicando que a fiscalização pode ser regionalizada mas que acredita que a sede
133 continue sendo em Florianópolis e contrário também ao incentivo sugerido pelo Conselheiro
134 Décio, uma vez que a RRT é uma obrigação do profissional. Lembrou que quanto maior o
135 número de fiscais, maior as despesas e conseqüentemente a receita também terá um aumento
136 proporcional. O Conselheiro Giovanni sugeriu que o aumento do número de fiscais seja
137 ampliado à medida que a demanda for maior, lembrando que o concurso é válido por quatro



138 anos e que a função principal da fiscalização não é arrecadar e sim fiscalizar. O Conselheiro
139 Ciarini enfatizou duas demandas que se destacaram: distribuição regional e a comissão para
140 operacionalização do manual. O Presidente lembrou a importância da definição da
141 regionalização da fiscalização em função do concurso público. O Conselheiro Giovani
142 encaminhou a primeira proposta: quatro fiscais sendo um fiscal para a região oeste, outro
143 para planalto e vale, e o terceiro a região do litoral, sem base de escritório. Além disso, um
144 coordenador na sede. O Presidente encaminhou a proposta para votação que foi aprovada por
145 unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Giovani encaminhou para votação a criação de uma
146 comissão para operacionalização do manual de fiscalização. O Conselheiro Jobim lembrou que
147 o CAU/SC possui um grande número de comissões, gerando problema de agenda e fazendo
148 com que os conselheiros acumulem muitas comissões, tornando inviável a criação de mais
149 uma, e lembrou que a CEEP tem uma instrução regimental de operação. O Conselheiro
150 Giovani falou que a CEEP não tem tido condições de operacionalizar a fiscalização em sua
151 rotina. O Conselheiro Raineski disse que acredita que uma comissão temporária seja cabível.
152 O Arquiteto Oliva explicou que seria uma comissão apenas para determinar uma rotina de
153 fiscalização. O Conselheiro Jobim lembrou que a CEEP e a vice-presidência são responsáveis
154 pela questão, e que é apenas questão de organização para o andamento dos trabalhos
155 apresentarem resultados. O Conselheiro Giovani retira a proposta e sugere que a CEEP se
156 responsabilize e apresente ao plenário uma proposta de operacionalização da fiscalização até
157 o dia dezessete de novembro. O Presidente encaminhou para votação a proposição, com a
158 ressalva de que o projeto seja enviado a todos os conselheiros com quinze dias de
159 antecedência. A proposta foi aprovada com a abstenção do Conselheiro Raineski. O
160 Conselheiro Raineski solicitou que, a partir da CEEP e CED, promovam uma reunião conjunta
161 com os CAUs PR e RS, para aproximação e intercâmbio de experiências. O Presidente
162 encaminhou a proposta para votação que foi aprovada por unanimidade, se colocando à
163 disposição para auxiliar nessa aproximação. O Presidente encaminhou para aprovação os
164 itens 6.1, 6.2 e 6.4 do projeto de estruturação da fiscalização do CAU/SC. A Gerente Bárbara
165 lembrou que a orientação inicial será feita paralelamente de forma institucional. O Arquiteto
166 Oliva julgou importante mostrar quando o CAU esteve presente em uma obra. O Presidente
167 sugeriu uma discussão mais ampla a respeito, por após a fiscalização a obra ainda pode se
168 tornar irregular. Encaminhando os itens para votação, foram aprovados por unanimidade. O
169 Conselheiro Jobim questionou como vai ser abordada a fiscalização no Congresso após todas
170 as mudanças e ajustes aprovados. O Conselheiro Raineski sugeriu que o assunto fosse
171 discutido na reunião ordinária. O Arquiteto Oliva solicitou que fosse estabelecido prazo para
172 alteração do campo de denúncia no site do CAU/SC. O Presidente explicou que a Comissão de
173 Comunicação deliberou q contratação para a reformulação do site, e encaminhou para
174 votação para que o acesso ao link das denúncias no site do CAU/SC tenha maior visibilidade.
175 Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Giovani solicitou inclusão da questão institucional
176 na pauta da reunião ordinária. Sem mais tempo para continuidade, o Presidente declarou
177 encerrada a Terceira Reunião Plenária Extraordinária do CAU/SC. Para constar, eu, Tatiana
178 Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrarei a presente Ata que será rubricada em
179 todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima, para
180 que reproduza os efeitos legais.

181

Ronaldo de Lima
Presidente

Tatiana M. F. de Melo
Assistente Administrativo